



COMPARAR
PARACRESCER

2º SNAPSHOT

DESTAQUES DA COMPETITIVIDADE NACIONAL

Outubro 2024

COMPARARPARACRESCER.PT

BRP ASSOCIAÇÃO
BUSINESS
ROUNDTABLE
PORTUGAL

Knowledge
Partner:



Data
Partner:

INFORMA
Business by Data

QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: **ESTARÁ PORTUGAL PREPARADO?**

Estamos no limiar de uma nova revolução industrial impulsionada pela Inteligência Artificial que promete revolucionar as economias modernas, mas que provavelmente irá amplificar a desigualdade de rendimento entre pessoas e entre países. **Portugal precisa de se preparar para sair vencedor nesta nova era.** Para isso é necessário criar um quadro fiscal e financeiro que permita atrair e reter talento, assim com fazer os investimentos necessários para que a nossa economia possa acompanhar o ritmo de transformação tecnológica.

Este Snapshot é dedicado a alguns pilares essenciais para o sucesso da economia portuguesa. Primeiro, uma gestão cuidadosa da dívida pública que permita o acesso continuado aos mercados de capital e a redução do custo de financiamento da dívida. Segundo, a criação de condições para que Portugal possa ter mais empresas com grande produtividade, valor acrescentado, e capacidade de exportação.

Terceiro, um quadro fiscal que incentive o investimento e a atividade económica. A informação que temos neste momento sugere que a quarta revolução industrial vai acontecer muito mais rapidamente que as revoluções anteriores. Por isso, não temos tempo a perder para transformar uma economia com pouco crescimento e baixa produtividade numa economia muito mais dinâmica. ●



SÉRGIO REBELO

Professor de Finanças Internacionais
na Kellogg School of Management
Membro do Conselho Consultivo
da Associação BRP





2º SNAPSHOT COMPARAR PARA CRESCER

O Comparar para Crescer publica, duas vezes por ano, um breve retrato da competitividade nacional, tendo por base a informação disponibilizada na plataforma. Estes destaques, que podem debruçar-se sobre atualizações ou série histórica de dados, pretendem evidenciar a posição competitiva de Portugal em áreas e domínios estratégicos para o país, e suscitar a reflexão e o debate na sociedade civil, mas, acima de tudo, a ação e a mudança por parte dos agentes decisores.

PAÍSES CONCORRENTES

O resultado da avaliação depende sempre de com quem nos comparamos. Para melhor avaliar a evolução de Portugal nas várias dimensões apresentadas, foi definido um grupo comparativo composto por oito países europeus, que classificamos de “Países Concorrentes”. O grupo é composto por Espanha, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Itália, Polónia e República Checa - países que fazem atualmente parte da União Europeia e que, no ano 2000, apresentavam um PIB per capita nominal próximo do de Portugal. Consideramos importante avaliar a trajetória deste grupo e comparar o seu desempenho com o de Portugal. ●

Aceda ao **COMPARAR PARA CRESCER** e explore os indicadores que fazem parte desta ferramenta de conhecimento.

[COMPARARPARACRESCER.PT](https://www.compararparacrescer.pt)

SÃO DESTAQUES DESTA EDIÇÃO:

1

REDUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA PÚBLICA É POSITIVA E FUNDAMENTAL PARA A COMPETITIVIDADE DO PAÍS

PÁGINA 6

2

PIB PER CAPITA RECUPERA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS FACE À MÉDIA EUROPEIA, MAS A CONVERGÊNCIA EXIGE UM CRESCIMENTO MAIS SUSTENTADO, DE PELO MENOS 3% AO ANO

PÁGINA 8

3

FRACA PRODUTIVIDADE, FALTAM MAIS EMPRESAS GRANDES E EXPORTAÇÕES DE ALTO VALOR ACRESCENTADO

PÁGINA 10

4

INVESTIMENTO NA ECONOMIA PORTUGUESA É BAIXO E TERÁ CONSEQUÊNCIA NO CRESCIMENTO FUTURO

PÁGINA 13

5

IRC COM EVOLUÇÃO MUITO EXPRESSIVA DA RECEITA, COM DESTAQUE PARA O CONTRIBUTO DAS GRANDES EMPRESAS: 0,2% DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS POR 1/3 DOS IMPOSTOS

PÁGINA 17

6

TAX WEDGE CONTINUA A SUBIR, REDUZINDO A COMPETITIVIDADE LABORAL DE PORTUGAL NUM CONTEXTO DEMOGRÁFICO DESAFIANTE

PÁGINA 18

1

REDUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA PÚBLICA É POSITIVA E FUNDAMENTAL PARA A COMPETITIVIDADE DO PAÍS

Portugal tem vindo a fazer um importante esforço de redução do peso da [dívida pública](#) no PIB, tendo alcançado os 99% em 2023. Em particular, o país reduziu este rácio em mais de 36 p.p. desde o período de intervenção pública mais intenso, na crise pandémica (2020). Este é também o rácio de dívida pública mais baixo desde 2010, sendo de salientar que até essa data o perímetro da dívida era mais reduzido e, por isso, não é diretamente comparável.

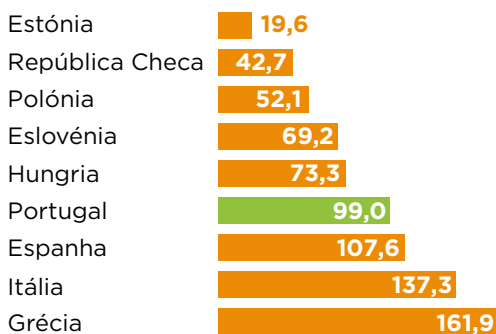
Esta redução do rácio da dívida foi possível, sobretudo, devido ao crescimento do PIB, que incorpora também o efeito da inflação, embora em 2023 se tenha verificado uma redução marginal da dívida nominal (de 272 para

DÍVIDA PÚBLICA (2023)

TAXA PT VS UE (% do PIB)



PAÍSES CONCORRENTES



263 mil milhões de euros). Salienta-se ainda que já no decorrer de 2024, o peso da dívida voltou a subir (101,5% no final do 1º semestre), pelo que importa manter o enfoque na trajetória descendente.

Comparando com o panorama europeu, verificamos que, apesar de ainda haver um longo caminho de consolidação pela frente, Portugal deixou de estar no top 5 dos países mais endividados, composto por Grécia, Itália

e Espanha, mas também pela Bélgica e França. Sendo notório que Portugal se está a distanciar dos países com maior dívida relativa, sendo a média da UE de 81,7%.

A redução do peso da dívida tem contribuído para a diminuição da taxa de juro paga por Portugal, que está já abaixo das taxas de França e Espanha, algo visto como improvável há poucos anos. À data de 30 de julho de 2024, Portugal tinha uma taxa de 3,0% nas emissões de obrigações a 10 anos, comparando com os 2,34% da Alemanha, 3,06% de França, 3,20% de Espanha e 3,71% de Itália.¹

A redução sustentada da dívida pública permite uma melhoria dos *ratings* da república, e indiretamente das empresas - uma vantagem competitiva face aos países concorrentes. Esta situação é particularmente relevante tendo em conta os investimentos que o país necessita de concretizar nos próximos anos para potenciar a inovação e o desenvolvimento das empresas, e da economia nacional, em áreas como a transição energética e digital, por exemplo.

Refira-se ainda que a dívida privada, de particulares e empresas, tem, desde 2010, convergido de forma mais acentuada para a média europeia, do que a dívida pública, conforme o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal (maio 2024). No caso do rácio de endividamento de particulares,

Comparando com o panorama europeu, verificamos que, apesar de ainda haver um longo caminho de consolidação pela frente, Portugal deixou de estar no top 5 dos países mais endividados

em % do rendimento disponível, Portugal alcançou os 85% em 2023 (vs 91% da média da Zona Euro), quando em 2010, o rácio atingiu 129%, muito acima dos 103% da Zona Euro. Já o rácio de endividamento das empresas (em % do PIB) está agora nos 82% - em queda desde 2012, ano em que atingiu o valor máximo, de 125%.

O Estado deve fazer o mesmo esforço de desalavancagem que as famílias e as empresas já fizeram, reduzindo a dívida pública. No atual contexto político, devem-se evitar decisões que impliquem o aumento da despesa recorrente do Estado, que absorvam uma parte crescente do rendimento nacional e aumentem a carga fiscal. A Associação BRP tem defendido que o Estado já tem uma presença expressiva, devendo focar-se numa maior eficiência e transparência, permitindo um enquadramento favorável ao crescimento económico do país. ●

¹ Fonte: Bloomberg, euro área 10 year bond spreads (bp)

2

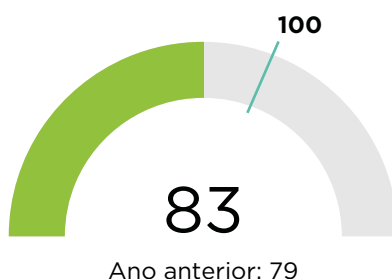
PIB PER CAPITA RECUPERA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS FACE À MÉDIA EUROPEIA, MAS A CONVERGÊNCIA EXIGE UM CRESCIMENTO MAIS SUSTENTADO, DE PELO MENOS 3% AO ANO

Nos últimos dois anos, o [PIB per capita](#) em Paridade de Poder de Compra (PPS) em Portugal tem demonstrado sinais de recuperação, apesar de ainda se encontrar a 83% da média europeia e ainda ao nível da posição que o país apresentava em 2010. Não obstante este progresso recente, que ainda assim é positivo face à situação pré-pandemia, Portugal ainda ocupa a 18ª posição no *ranking* europeu, carecendo de uma estratégia sustentada de crescimento. Este deve ser um objetivo nacional de curto-médio prazo.

Os últimos dois anos foram de inversão da tendência de afastamento da média dos países concorrentes: se em 2021 Portugal estava a 8 p.p. da média, em 2023 essa diferença esbateu-se para 1 p.p.. No entanto, países que integraram mais tarde a UE, como a República Checa, que em 2004 estava ligeiramente abaixo da posição portuguesa, inverteu em 2007 essa relação, tendo em 2021 atingido um diferencial de 17 p.p. e estando agora a 8 p.p. de Portugal. Em relação a Espanha, a diferença positiva face a Portugal

PIB PER CAPITA (2023)

ÍNDICE PT VS UE (% da média UE 27)



PAÍSES CONCORRENTES

Itália	98
Eslovénia	91
República Checa	91
Espanha	89
Portugal	83
Estónia	82
Polónia	80
Hungria	76
Grécia	67



CRESCIMENTO DO PIB (2000-2023)

VARIAÇÃO ACUMULADA (%)

Portugal	26,3
UE 27	41,2
Países concorrentes	61,9

ainda persiste, embora tenha vindo a diminuir ao longo dos anos, por demérito do país vizinho. A recente evolução positiva do PIB *per capita* (em PPS) português tem por base o aumento da criação de riqueza, que cresceu a um ritmo superior ao crescimento da população e registou um aumento sustentado desde 2019, graças a um saldo positivo de imigração que tem superado o saldo natural negativo.

No entanto, para alcançar a média europeia nos próximos dez anos, Portugal precisará de garantir uma taxa de crescimento do PIB *per capita* de, pelo menos, 3% ao ano, assumindo que a União Europeia continua a crescer conforme a sua tendência de médio prazo (1,35%²). Este objetivo é ambicioso, mas essencial para que o país recupere o terreno perdido e fortaleça a sua economia a um ritmo mais acelerado. Progresso vital para compensar o fraco crescimento económico acumulado desde 2000: nos últimos 23 anos, o PIB português cresceu 26,3% em termos acumulados, pouco mais de 1% ao ano, quando a UE cresceu 41,2% e os países concorrentes 61,9%. ●

² Estimativa com base na média dos últimos 5 anos da taxa de crescimento do PIB potencial da UE (Fonte: Ameco)

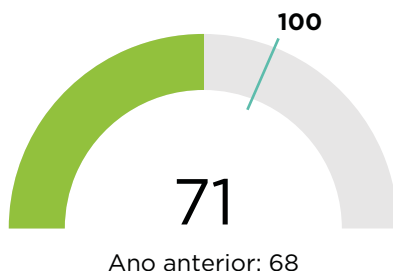
3

FRACA PRODUTIVIDADE, FALTAM MAIS EMPRESAS GRANDES E EXPORTAÇÕES DE ALTO VALOR ACRESCENTADO

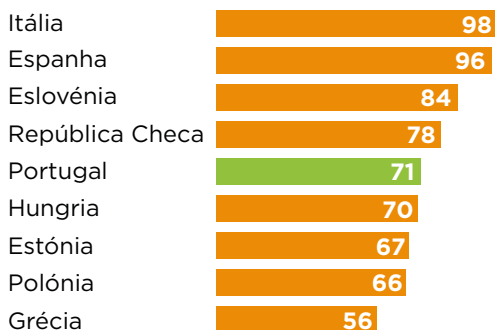
A **produtividade** aparente do trabalho, medida pelo PIB por hora trabalhada em PPS, revela que Portugal tem um défice substancial neste indicador. Em 2023, o valor da produtividade por hora no nosso país não ultrapassou os 71% da média da UE, próximo do nível que registava em 2000, distante dos 98% de Itália, 96% de Espanha, 84% da Eslovénia ou 78% da República Checa. Os países concorrentes que registam os menores níveis de produtividade são a Grécia (56%) e a Polónia (66%), embora este último estivesse em 2000 em 46% da média da UE, registando uma recuperação significativa desde aí. A produtividade em Portugal esteve em divergência com a média da UE entre 2013 e 2020, no entanto, desde

PRODUTIVIDADE EM PPS (2023)

ÍNDICE PT VS UE (% da média UE 27)



PAÍSES CONCORRENTES



2021 aparenta estar em recuperação, ao registar-se um crescimento superior ao da UE. Esta é uma trajetória que é essencial manter para assegurar o desenvolvimento económico e social do país.

Uma das razões que explica a fraca produtividade da economia portuguesa é o facto de o **tecido empresarial** ter poucas grandes empresas, o que penaliza a produtividade. Só 0,25% das empresas são grandes

empresas, mas empregam cerca de 20% da força de trabalho e geram 32% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). O VAB por empregado das grandes empresas é 2,5x o das micro, 1,6x o das pequenas e 1,4x o das médias empresas:

Em média em Portugal as grandes empresas são 1,4 a 1,6x mais produtivas que as PME, mas temos menos 41% do emprego em grandes empresas do que a média europeia

VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR TRABALHADOR (2023)

Fonte: Informa DB

DIMENSÃO DA EMPRESA



Em média na Europa, as grandes empresas são responsáveis por 36,4% do emprego, enquanto Portugal está 41% abaixo desse valor, com o emprego das grandes empresas a ser de apenas 21,5%.³

Refira-se também que as grandes empresas pagam melhores salários, com os custos com pessoal por empregado a serem +16% do que nas médias, +27% do que as pequenas e +73% do que nas microempresas. Para a melhoria da produtividade em Portugal, e das condições de trabalho, é fundamental fazer evoluir as empresas, de micro para pequenas, de pequenas para médias, e de médias para grandes.

³ De acordo com estudo do Fórum para a Competitividade, 2021

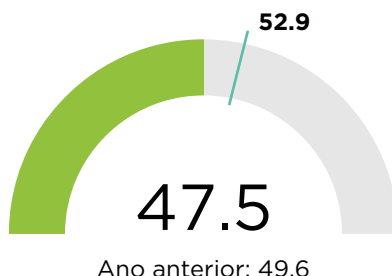
Tendo um mercado interno limitado, é essencial que Portugal, aumente significativamente as suas exportações, para próximo de 80% do PIB

É também de considerar que a produtividade do trabalho varia entre setores de atividade, e que fatores como a adoção de novas tecnologias ou a concorrência internacional tendem a impulsionar a produtividade. Importa que a economia portuguesa atue em sectores de maior valor acrescentado, e reforce o peso de setores transacionáveis exportadores, expostos a maior pressão de eficiência e inovação.

As **exportações** de Portugal tiveram um crescimento assinalável e chegaram a representar 49,6% do PIB em 2022, descendo ligeiramente em 2023, para 47,5%. A média dos países concorrentes é de 61,6% e há mesmo dois em que esta percentagem ultrapassa os 80%: Eslovénia (84%) e Hungria (81,2%). Tendo um mercado interno limitado, é essencial que Portugal, aumente significativamente as suas exportações, para próximo de 80% do PIB, como se verifica, por exemplo, na Bélgica (86,7%) ou nos Países Baixos (85%).

EXPORTAÇÕES (2023)

ÍNDICE PT (% do PIB)



PAÍSES CONCORRENTES

Eslovénia	84.0
Hungria	81.2
Estónia	78.4
República Checa	72.0
Polónia	57.8
Portugal	47.5
Grécia	44.9
Espanha	39.0
Itália	35.1

Importa ainda ter em atenção a composição das exportações, nomeadamente o peso das **exportações de bens de alta tecnologia** no total das exportações. Na UE, os bens de alta tecnologia representam 17,3% das exportações, e em Portugal, apesar do crescimento, apenas 5,2% (dados 2022). Do grupo de concorrentes só a Grécia está ligeiramente abaixo, com 5%. Destacam-se a República Checa e os Países Baixos com 19%. ●

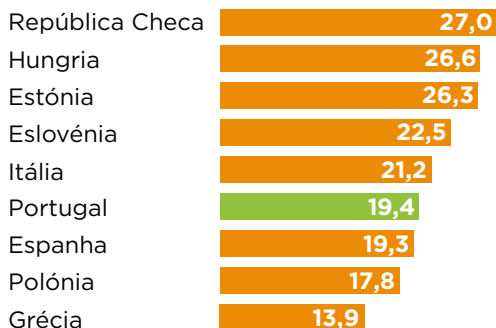
4

INVESTIMENTO NA ECONOMIA PORTUGUESA É BAIXO E TERÁ CONSEQUÊNCIA NO CRESCIMENTO FUTURO

Portugal tem uma das mais baixas taxas de **investimento** na União Europeia, 19,4% do PIB em 2023, que compara com uma média europeia de 22,3%. Apenas três dos países concorrentes têm níveis de investimento mais baixos, a Espanha (19,3%), a Polónia (17,8%) e a Grécia (13,9%). Comparando a evolução histórica entre 2000 e 2023, o investimento em Portugal teve uma queda de 8,6 p.p. do PIB, enquanto nos países concorrentes houve um crescimento de 23% para 25% até 2007 e só depois uma diminuição de 4,6 p.p. até 2023. Verifica-se ainda que países como Alemanha, Bélgica e Países Baixos têm, sustentadamente, taxas de investimento superiores a 20%, tendo inclusive a Irlanda registado taxas acima dos 30%, entre 2016 e 2020.

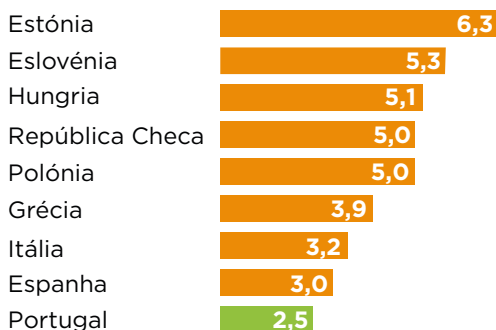
INVESTIMENTO TOTAL (2023)

PAÍSES CONCORRENTES (% do PIB)



INVESTIMENTO PÚBLICO (2023)

PAÍSES CONCORRENTES (% do PIB)



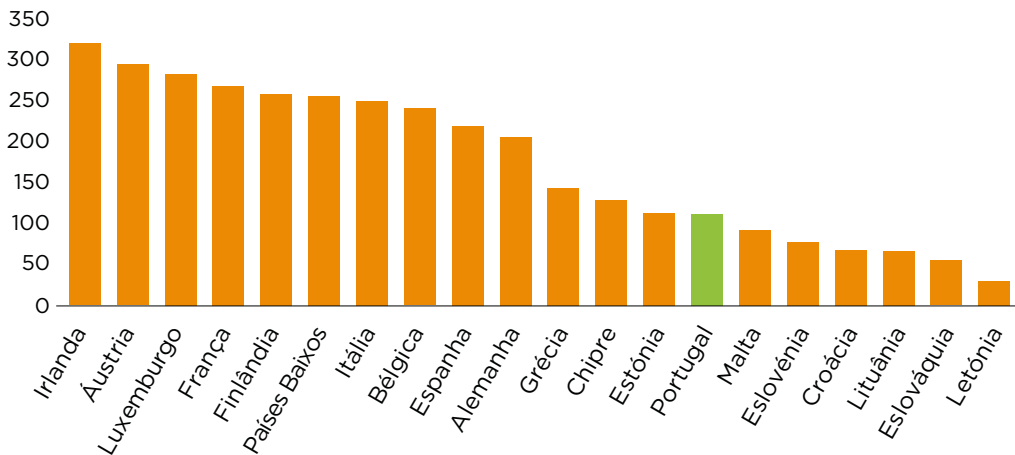
Portugal tem uma das mais baixas taxas de investimento da UE, sobretudo devido ao investimento público que é menos de metade da maioria dos países concorrentes

O investimento público de Portugal foi particularmente afetado a partir do período da crise de assistência financeira, estando ainda hoje abaixo dos 3% do PIB. É o valor mais baixo de todos os países concorrentes, sendo que 5 destes têm investimento público de pelo menos 5%. O efeito de um longo período de baixo investimento tem consequências ao nível da produtividade, do crescimento futuro do país e dos salários médios. É fundamental repor o

stock de capital através do investimento, tanto privado como público, dado que a produtividade também depende da disponibilidade de equipamentos e infraestruturas. Adicionalmente, mais investimento também se traduz em melhor qualidade de vida profissional. De acordo com o estudo do Conselho Económico e Social, divulgado recentemente, Portugal tem um dos mais baixos *stocks* de capital líquido por trabalhador da UE:

STOCK DE CAPITAL LÍQUIDO POR TRABALHADOR/A, 2021, PREÇOS DE 2015

Fonte: AMECO, Comissão Europeia



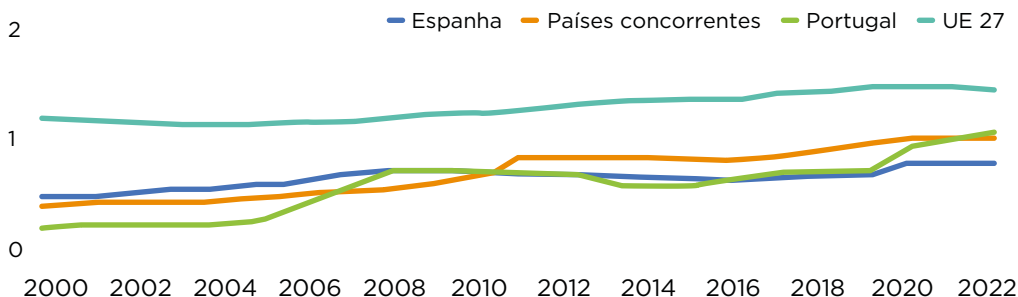
O relatório sobre “O futuro da competitividade europeia”, coordenado por Mario Draghi, expõe como a União Europeia tem vindo a perder terreno face aos EUA e China, nomeadamente em termos de investimento. Se a UE tem de colmatar o *gap* face a estes países, Portugal tem um caminho muito mais exigente pela frente para acelerar o investimento, que

está muito abaixo de vários dos países concorrentes.

Importa aumentar o investimento de qualidade em Portugal, em sectores mais tecnológicos e mais intensivos em conhecimento, de modo a promover e acelerar a digitalização e a inovação nas empresas portuguesas, fatores críticos para o aumento da produtividade do país.

INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM I&D (2023)

EVOLUÇÃO HISTÓRICA



As empresas portuguesas têm aumentado o [investimento em Investigação e Desenvolvimento](#) (I&D), atingindo 1,1% do PIB em 2022. Este aumento aproxima Portugal da média da UE, que é de 1,5%, mas que sabemos pelo relatório Draghi ser uma meta insuficiente, pelo que o desafio é maior do que aparenta. Este avanço é crucial para fortalecer a capacidade inovadora do país e aumentar a competitividade das empresas

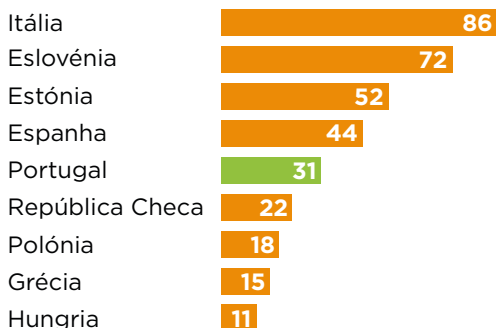
Importa aumentar o investimento de qualidade em Portugal, em sectores mais tecnológicos e mais intensivos em conhecimento

portuguesas no cenário internacional. No entanto, apesar deste progresso, Portugal ainda enfrenta desafios substanciais na área de inovação, como comprova a estatística de registo de [patentes](#). O país possui apenas 31 patentes por milhão de habitantes, um número que representa apenas um quinto da média da UE, que é de 153 patentes por milhão de habitantes. Além disso, Portugal está abaixo da média dos países concorrentes, que é de 40 patentes por milhão de habitantes.

Também no que toca à inovação, importa dar atenção às recomendações do relatório de Mario Draghi: a Europa está a ficar para trás na inovação, porque não basta investir em I&D e criar patentes.

PATENTES (2023)

PAÍSES CONCORRENTES (por milhão de habitantes)





Não basta investir em I&D e criar patentes: é preciso atuar, a nível europeu e nacional, na conversão de inovação em riqueza

É preciso atuar, a nível europeu e nacional, na conversão de inovação em riqueza.

Em termos estruturais, Portugal tem potencial para aumentar o nível de inovação em comparação com outras economias europeias, mas o desafio será ainda maior dado que, a própria Europa tem de ser capaz de traduzir a inovação em produtividade. Essa

lacuna significativa tem de ser endereçada para que o país possa realmente alavancar o seu potencial de inovação. O governo tem implementado medidas de incentivo, como o Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e ao Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), para estimular o investimento em I&D, mas não devemos olhar apenas para este indicador ou para os benefícios fiscais, mas focar no impacto efetivo desse investimento.

É fundamental manter políticas consistentes e de longo prazo para apoiar a transformação digital e a inovação tecnológica em Portugal, com foco nos resultados. E criar mecanismos de comunicação e de co-construção

entre empresas e centros científicos, que permitam desenvolver soluções práticas e distintivas de produção e de oferta das empresas portuguesas. Esta aposta na investigação e desenvolvimento poderá potenciar a

diversificação setorial das empresas, e o foco em bens transacionáveis de maior valor acrescentado, contribuindo para a diferenciação da oferta portuguesa, e para o crescimento das exportações. ●

5

IRC COM EVOLUÇÃO MUITO EXPRESSIVA DA RECEITA, COM DESTAQUE PARA O CONTRIBUTO DAS GRANDES EMPRESAS: 0,2% DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS POR 1/3 DOS IMPOSTOS

Em 2022, a coleta do [IRC em Portugal](#) aumentou expressivamente em 33%, refletindo o crescimento dos resultados das empresas no país e as altas taxas de imposto. Este aumento substancial indica que o ambiente de negócios se fortaleceu, permitindo que as empresas aumentassem as

suas receitas e, conseqüentemente, as suas contribuições fiscais.

Apesar de apenas 0,2% das declarações de IRC serem de grandes empresas, estas foram responsáveis por um terço da arrecadação total, com um valor médio de 2,1 milhões de euros por empresa, enquanto o valor médio pago pelas médias, pequenas e microempresas se situou nos 267 mil euros, 62 mil euros e 5 mil euros, respetivamente.

Já em 2023, a Conta Geral do Estado reportou um aumento de 22,3% nas receitas de IRC, passando de 7,1 para 8,7 mil milhões de euros. Este crescimento acumulado de 63% da receita de IRC entre 2021 e 2023 é muito superior ao crescimento do PIB nominal, que foi de 23%, refletindo a natureza progressiva da nossa estrutura de IRC – o que desincentiva o sucesso.

Por outro lado, um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) sugere que a redução das taxas do IRC pode ter um impacto positivo nos salários, com a previsão de um aumento

Segundo o estudo da FFMS, redução do IRC pode ter um impacto positivo nos salários, com a previsão de um aumento de 1,79% na remuneração do trabalho

de 1,79% na remuneração do trabalho após dez anos de implementação dessa política. Esse cenário é apoiado pela ideia de que, com menos impostos, as empresas poderiam reinvestir mais nos seus negócios e trabalhadores, levando a salários mais altos, a melhores

condições de trabalho, e a maior criação de emprego.

Além disso, é crucial rever a progressividade do IRC, especialmente no que diz respeito à derrama, que afeta desproporcionalmente as empresas com maiores lucros tributáveis.

Este mecanismo atua como um “imposto sobre o sucesso”, desincentivando a expansão e inovação das empresas. Reformar essa estrutura para fomentar a competitividade fiscal pode impulsionar o crescimento das empresas e da economia nacional. ●

6

TAX WEDGE CONTINUA A SUBIR, REDUZINDO A COMPETITIVIDADE LABORAL DE PORTUGAL, NUM CONTEXTO DEMOGRÁFICO DESAFIANTE

O [tax wedge](#), que se refere à diferença entre o custo do emprego para as empresas e o rendimento líquido recebido pelos trabalhadores, tem continuado a subir em Portugal, prejudicando a competitividade laboral do país e o sucesso dos portugueses. Para trabalhadores solteiros sem dependentes que ganham o salário médio, o tax wedge em Portugal passou a ser o oitavo mais alto da OCDE, em resultado dos aumentos consecutivos que se vêm observando desde 2018.

Esta penalização do fator trabalho torna o mercado de trabalho português menos atrativo em comparação com outros países. Em 2023, 42,3% do custo que as empresas tiveram

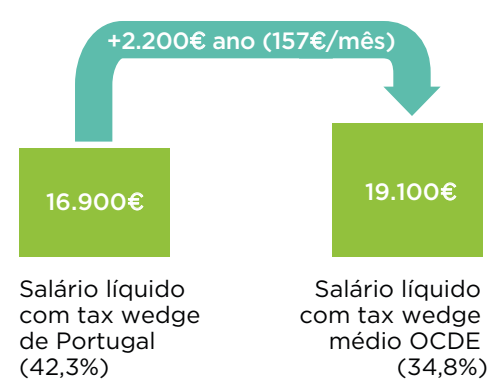


com os trabalhadores foi destinado ao Estado, através do IRS e das contribuições para a Segurança Social, uma percentagem que supera a média da OCDE, de 34,8%, e a média dos países concorrentes, de 40,2%.

Usando as estatísticas da OCDE, o tax wedge médio em Portugal aplica-se a um salário anual bruto de 23.714€ (1.694€ por mês, considerando 14 meses) que corresponde a um custo total para a empresa de 29.346€. Para este nível salarial, caso o tax wedge fosse igual à média da OCDE o trabalhador receberia mais 2.200€ por ano (157€ por mês).

Esta situação é particularmente preocupante porque Portugal en-

**SALÁRIO BRUTO MÉDIO ANUAL:
23.700 EUROS**



frenta um grave problema demográfico que poderá colocar em causa a sustentabilidade do modelo de Segurança Social vigente. Com o atual



O tax wedge em Portugal passou a ser o oitavo mais alto da OCDE, em resultado dos aumentos consecutivos desde 2018, penalizando empresas e trabalhadores

médios ainda mais baixos, agravando-se ainda mais a situação económica e demográfica do país.

Se somarmos a este “Inverno Demográfico”, o êxodo crescente do talento qualificado, que parte à procura de melhores oportunidades de realização pessoal e profissional, temos um verdadeiro “Inferno Demográfico”, o que indicia uma crise sem precedente num futuro próximo, se não forem tomadas medidas eficazes no curto prazo.

Apesar dos acertos nas tabelas de IRS que se verificaram este ano, eles revelaram-se insuficientes para corrigir a diferença que existe face à média da OCDE. Reduzir o tax wedge contribuirá para melhorar a competitividade salarial, atrair mais trabalhadores qualificados, convencendo a regressar os muitos portugueses que escolheram emigrar ou acolhendo trabalhadores de outras nacionalidades. E desta forma ajudar a estabilizar o sistema de Segurança Social, tornando Portugal um destino mais atrativo para talentos nacionais e estrangeiros. ●

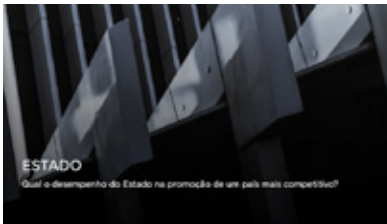
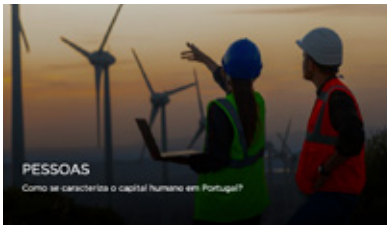
índice de dependência de idosos,

que é de 38 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, Portugal é um dos três países da União Europeia em que a situação é mais grave, a par de Itália e da Finlândia. Se Portugal não conseguir aumentar a sua competitividade e atrair trabalhadores qualificados, o país terá menos contribuições para fazer face aos custos com a população idosa, o que resultará numa base tributária insuficiente para sustentar as necessidades da Segurança Social.

A baixa atratividade salarial pode resultar numa força de trabalho com salários



ACEDA AO **COMPARAR PARA CRESCER** E EXPLORE OS INDICADORES QUE FAZEM PARTE DESTA FERRAMENTA DE CONHECIMENTO



COMPARARPARACRESCER.PT

SOBRE A ASSOCIAÇÃO BUSINESS ROUNDTABLE PORTUGAL

A Associação BRP refere-se a "Associação Business Roundtable Portugal", uma organização independente, apartidária, não associada ou relacionada com qualquer outra entidade, e de exercício do dever de cidadania das empresas associadas, das suas lideranças, e não de defesa dos seus interesses. A Associação BRP é composta por 43 líderes de empresas e grupos empresariais de diferentes setores, geografias e fases de desenvolvimento. Em conjunto, acumulam receitas globais de 124 mil milhões de euros, 59 mil milhões a nível nacional, empregam 424 mil pessoas, 218 mil em Portugal, onde pagam um salário duas vezes superior à média do setor privado, e investem mais de 10 mil milhões de euros. A atividade da Associação BRP pode ser acompanhada em www.abrp.pt.